A solução do empresário: mudar essa economia.

18 MA

Economia - Brasil

E Dílson Funaro tem quatro sugestões para criar uma nova economia.

Uma nova sugestão para que o governo mude o modelo econômico brasileiro, e também os seus executores, foi feita ontem no Rio. Desta vez, essas medidas foram defendidas pelo presidente da Trol e ex-secretário da Fazenda de São Paulo, Dilson Funaro, para quem elas são condições fundamentais para o restabelecimento de bases sólidas, que permitam a superação da crise e devolvam esperanças à população.

Ao justificar sua proposta, Funaro disse que o Brasil vem, há três anos, diminuindo sua produção, hoje nos mesmos níveis de 1979, aumentando o nível de desemprego e atravessando longo período de inflação crescente. "Estamos destruindo o que construímos, dispensando os nossos técnicos e regredindo na formação de novos empregos, devido a distorções praticadas na nossa economia", enfatizou Funaro.

A distorção

A principal distorção apontada por Funaro é na política econômica interna, onde o governo, através de um sistema de indexação, estimulou a formação de juros elevados, na medida em que coloca os seus títulos de dívida (Letras e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), com rendimento acima da inflação.

Após ressaltar que desconhece que tipo de política econômica existe no País, o ex-secretário paulista propôs as seguintes mudanças: 1) o governo deve parar de colocar seus títulos com correção monetária no mercado aberto; 2) as decisões de natureza econômica interna devem ser desvinculadas dos problemas da dívida externa; 3) aplicação de controle de preços efetivos, pelo menos nos setores onde predominam o oligopólio e o monopólio; 4) tabelamento das taxas de juros, em um período relativo, ou seja, algo em torno de seis meses.

Para Funaro, o governo não pode mais alijar a sociedade do processo de discussão dos grandes problemas nacionais, como, por exemplo, a lei salarial, recentemente alterada, "sob a terrível suposição de que salários representam fator realimentar do processo inflacionário".

Após participar de reunião do conselho de política econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para análise da situação econômica das pequenas e médias empresas do País, Funaro disse que os desmandos no comando da economia "estão sacrificando violentamente a sociedade brasileira, e um desses desmandos se identifica no fato de termos negociado nossa dívida externa sem caixa. Agora, teremos de partir para uma renegociação, caso contrário no final do ano teremos de apresentar ao FMI os projetos 5, 6 e 7, e quantos se fizerem necessários".

Por sua vez, o ex-vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Nildo Masini, também presente à reunião, disse que uma das principais saídas para a crise brasileira é a renegociação da dívida externa no prazo de 20 anos, através da emissão de bônus, do tipo utilizado logo após a Segunda Guerra Mundial.

Fluxo melhor

Segundo explicou, esses bônus representariam apenas o valor da dívida, ou seja, sem o ônus dos juros. Mas, para que isso seja possível, recomendou que os compromissos que o Brasil tem nos próximos três anos junto a banqueiros estrangeiros sejam concentrados nos governos dos seus respectivos países, "a fim de que o Brasil tenha um fluxo de caixa menos apertado, como se verifica atualmente, com estouro de caixa do Banco do Brasil no Exterior e atrasos de pagamentos da ordem de 800 milhões e um bilhão de dólares".

No entanto, para o vice-presidente da CNI, Paulo Vellinho, a solução dos problemas externos brasileiros poderá ter no presidente da República um grande impulso, na medida em que apele mais, no contato governo a governo, junto aos países credores.

Na sua opinião, não será através do tabelamento que se fará reduzir as taxas de juros, pois "trata-se de uma medida inócua, que altera a equação perfeitamente natural da demanda e oferta". Acrescentou que os elevados juros resultam da falta de dinheiro, motivo pelo qual defendeu o fim do limite no crédito.